

ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2016  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fábio Flôr - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio  
Leonel Pavan

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK (Orador) - Tece comentário sobre a reunião da comissão de Segurança Pública, ocorrida na presente data, pela manhã, registrando que foi designado relator do projeto de lei que autoriza a venda de bebidas alcoólicas em estádios de futebol no estado de Santa Catarina.

Informa que tal projeto está em debate pelos presidentes dos clubes de futebol, pela CBF e o pelo colégio de procuradores do Ministério Público, manifestando-se contrário ao projeto por

achar que trará muita violência e transtornos nos jogos de futebol.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela sua visão e, como presidente da comissão de Prevenção e Combate às Drogas, mostra contrariedade total ao projeto. *[Taquígrafa: Maria Aparecida]*

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Frisa que estão sendo disponibilizadas nos municípios catarinenses e brasileiros, no combate à violência contra a mulher, diversas políticas públicas, com destaque para o município de São Domingos, que através de um grupo de mulheres organizadas, criou uma coordenadoria para beneficiar as mulheres nas mais diferentes áreas. *[Taquígrafa: Salete]*

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Comunica o início das audiências públicas do Orçamento Regionalizado e pede a aprovação do projeto de lei que dispõe sobre o Orçamento Impositivo, que garante os recursos a serem investidos em cada região.

Faz comentários sobre a situação da saúde no país, frisando que o modelo SUS é bom e serve de exemplo ao mundo, bem como o Programa Mais Médicos, Farmácia Popular e a ampliação dos cursos de Medicina. Posiciona-se favorável à criação do fundo destinado às cirurgias eletivas que ajudará os hospitais no estado, porém, destaca a importância da transparência com relação ao bom uso do dinheiro público e questiona nas mãos de quem ficará o controle da distribuição dos recursos. *[Taquígrafa: Sílvia]*

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Fala sobre o acordo de renegociação das dívidas dos estados com a União, permitindo ao governo articular a aprovação da PEC 0241, de 2016, que

desvincula a despesa do orçamento público aos percentuais constitucionais da saúde e da educação, vinculando apenas à inflação do ano anterior. Critica as propostas do atual governo, destruindo o estado brasileiro na direção de interesses privados, afirmando que é uma grande manobra para voltar à tese do estado mínimo, atingindo uma pequena parcela da população, embora pudesse resolver com a cobrança da sonegação fiscal que atinge R\$ 500 bilhões e não precisaria congelar o orçamento da União para aplicação na saúde e na educação. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PSDB

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Discorre sobre pesquisa, realizada pelo setor de Políticas Sociais da USP, sobre análise do desemprego e mercado de trabalho, acrescentando que a crise econômica recai com mais intensidade sobre camadas da população com menor escolaridade.

Cita dados matemáticos e oficiais, com base em números do IBGE, dando conta de que o governo do PT fez pouco pela população mais pobre, que diz defender em seus discursos. Conclui, pelo resultado da pesquisa, que o governo do PT, em 13 anos, não teve interesse em emancipar a população mais pobre e permitir sua qualificação para integrá-la ao mercado de trabalho, perpetuando um processo de assistencialismo.

Entende que o país vive um perigoso retrocesso econômico e social, declarando sua esperança na volta da seriedade no controle das contas públicas e na atuação do atual governo interino em parceria com os estados, confirmada no acordo entre a Presidência da República e os governadores, que agora têm seis meses de carência para quitar débitos com a União.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Faz questionamentos sobre renda a escolaridade, afirmando que o número de universitários passou de sete milhões, em 2003, para 15 milhões nos últimos anos. Afirma que o governo interino devia preocupar-se com o combate à sonegação fiscal,

considerando que as últimas medidas implementadas acabam com o país. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PMDB

DEPUTADO MANOEL MOTA (Orador) - Comunica com satisfação que a agência da Receita Federal de Araranguá não será fechada, enfatizando que a agência é estratégica e atende a 15 municípios no sul do estado. Ressalta o trabalho de mobilização que realizou, juntamente com entidades de classe e o governo do município, para evitar o fechamento da agência. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Lembra que será votado na Ordem do Dia da presente sessão o projeto que cria o fundo para socorrer a Saúde, apelando aos parlamentares por decisão de consenso unanime, não estabelecendo disputas.

Convida os srs. deputados para participarem da audiência pública que vai discutir investimentos na área de infraestrutura, no setor rodoviário e outros modais de transportes do estado. Considera que os valores cobrados pelos pedágios são justos, e a sociedade entende e paga, pois quer rodovias seguras e com qualidade, acrescentando que o setor precisa avançar mais. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

\*\*\*\*\*

### **Explicação Pessoal**

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Reporta-se à votação do Projeto de Lei n. 0171/2016, de origem do Executivo, que trata da criação do Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, proposição do deputado Gelson Merisio, que colocará R\$ 100 milhões à disposição da saúde dos catarinenses, manifestando-se favoravelmente ao projeto, desde que seja uma administração descentraliza e que os recursos não sejam gerenciados somente pela secretária de Saúde, ou por alguns grupos com poderes, que sabemos muito bem, acabam utilizando tais recursos para outros fins.

Deputado Serafim Venzon (Aparteante) -  
Parabeniza o deputado pelo destaque à  
descentralização dos recursos, assegurando que de  
fato tais recursos sejam destinados à saúde.

Deputado Dirceu Dresch (Aparteante) -  
Parabeniza o deputado pelo tema, destacando que o  
referido projeto visa destinar os recursos às  
cirurgias eletivas e não ao pagamento de dívidas.  
*[Taquígrafa: Maria Aparecida]*

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Em relação  
à explanação do secretário da Saúde, que foi  
convocado a comparecer à Casa Legislativa para  
explicar o problema que assola a saúde no estado  
de Santa Catarina e prestar esclarecimentos sobre  
os cortes que vem sendo anunciados através da  
imprensa, critica sua gestão, ressaltando que  
afundou a secretaria de Saúde por não entender  
nada sobre o Sistema Único de Saúde. *[Taquígrafa:  
Salette]*

\*\*\*\*\*

### **Ordem do Dia**

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Dá  
início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes se podemos incluir  
extrapauta o PLC n. 0049/2015, que institui o  
Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores  
públicos civis do quadro de pessoal do Poder  
Executivo e estabelece outras providências.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância, a matéria está inclusa na  
pauta de hoje.

Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr.  
presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a  
palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Como há uma  
demanda, foi votado hoje de manhã em três

comissões e, segundo essa votação, haveria também a inclusão do projeto 171.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - O projeto 171 não será incluído na pauta de hoje.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não será incluído?

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não!

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Nem que haja um requerimento de todos os líderes?

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não!

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu entendo que é um projeto importante, sr. presidente, e talvez ele tenha uma demanda maior que o PLC n. 0049, que é uma coisa crônica e pode esperar um tempo.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Respeito a sua opinião, deputado.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas vou apresentar um requerimento de prioridade para que ele seja incluído, evidentemente se o plenário aprovar, na próxima vez.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0035/2016, de procedência governamental, que institui o Tratamento Favorecido e Simplificado para o Microprodutor Primário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas, emenda aditiva, subemendas modificativas e subemenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas agradecer o envolvimento da Acolhida na Colônia, em nome do sr. Luiz e da dona Luzia, que iniciaram esse movimento pela regulamentação da lei do turismo rural e que culminou com esse projeto.

Depois de um ano, dois anos de muito debate - e peço aqui o voto dos srs. deputados e das sras. deputadas -, foi elaborado esse projeto que institui o Tratamento Favorecido e Simplificado para o Microprodutor Primário e o nosso agricultor familiar, com a isenção do ICMS em R\$ 120 mil/ano e o faturamento anual de até R\$ 360 mil.

Este projeto também vai trazer para a legalidade, srs. deputados e sras. deputadas, o trabalho realizado historicamente pelos nossos agricultores familiares do estado de Santa Catarina, que vão agora comercializar e até tirar nota - e era isto que eles queriam, a legalidade - dos produtos que serão vendidos.

Então, agradeço a todos os envolvidos na construção desse projeto de lei, especialmente à secretaria de Agricultura do estado de Santa Catarina, assim como também à secretaria da Fazenda, pois tivemos inúmeras reuniões realizadas com o sr. Ari e com o Joacir, que elaboraram, simplificaram e fizeram um esforço grandioso para que, na tarde de hoje, pudéssemos ter a aprovação, e assim espero, por parte dos srs. deputados e das sras. deputadas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero também me somar à fala da deputada Ana Paula Lima com relação a esse trabalho de várias mãos que foi feito até esse dia de hoje.

Trata-se de uma reivindicação antiga das organizações da nossa agricultura familiar que atuam na produção de alimentos e no turismo rural. E foi muito bem lembrada aqui pela deputada Ana Paula Lima a importância de nós regulamentarmos uma lei, uma política para esse microprodutor, para quem agrega valor e faz turismo rural, especialmente toda a organização que, hoje, tem uma federação chamada Acolhida na Colônia que tem lutado por esse projeto. E foi importante também a

participação de servidores públicos das secretarias da Fazenda e da Agricultura, que participaram, inclusive, da audiência pública realizada aqui na Casa, a qual resultou num conjunto de aperfeiçoamentos na legislação para chegar no dia de hoje e votar este projeto.

Então, peço aos colegas deputados que possamos aprová-lo e, o mais rápido possível, que seja sancionado pelo governador para se tornar uma das grandes referências da política para a nossa agricultura familiar de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, nós também acompanhamos esse projeto e tivemos a incumbência de relatá-lo nas comissões de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural - e agradeço aqui aos nossos presidentes, deputado Marcos Vieira e deputado Natalino Lázare, pela deferência.

Também debatemos com um grupo de produtores a elaboração e os encaminhamentos para que esse projeto pudesse virar realidade.

Na verdade, ele é um grande reconhecimento do poder público estadual, deputado Valmir Comin, com os agricultores familiares do nosso estado. Também é um estímulo à agregação de valor, deputado Manoel Mota, em que o produtor poderá elaborar os seus produtos, comercializá-los diretamente, evitando a figura do atravessador, e ainda com o incentivo do estado. Há mercadorias, hoje, em que o agricultor pagaria 17% para comercializar e a partir de hoje até o valor de R\$ 120 mil, caso aprovemos a matéria e o governo a sancione, ele estará isento, dando um ganho, deputado Romildo Titon, de até R\$ 17 mil, dependendo da venda, ou um pouco mais por ano a esse produtor para propriedades de até quatro módulos fiscais, ou seja, numa média de 50 hectares em que trabalhem exclusivamente a família ou vizinhos. Também conseguimos incluir

algumas outras atividades como piscicultura e turismo rural, ampliando um pouco mais o leque e os valores, conforme a audiência pública na qual foi pedido que fosse feito assim, criando, inclusive, espaço para que o agricultor possa permanecer no campo com renda maior e, acima de tudo, com incentivos.

Penso que Santa Catarina, mais uma vez, protagoniza um projeto inovador que vai ao encontro do pedido da agricultura familiar, mas, acima de tudo, que vai estimular o nosso produtor a continuar no meio rural e a juventude a permanecer no meio rural. Esse projeto, srs. deputados, beneficia 180 mil famílias rurais em Santa Catarina.

Por isso, quero cumprimentar todos os deputados que participaram do debate e da elaboração deste projeto; assim como também cumprimento a secretaria da Agricultura, na figura do nosso deputado Moacir Sopelsa, a Casa Civil e também a secretaria da Fazenda, que colaboraram para que este projeto pudesse se tornar realidade. E peço aqui, até como relator, que todos os deputados aprovem este projeto no dia de hoje, dando, acima de tudo, um estímulo para o nosso agricultor familiar de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Natalino Lázare.

DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, quero apenas ratificar que de fato esse projeto é um grande avanço para a agricultura familiar de Santa Catarina.

O mérito já foi bem destacado aqui pelo eminente deputado relator deste projeto, José Milton Scheffer, mas gostaria, sr. presidente, primeiro, de cumprimentar o relator deste projeto, deputado José Milton Scheffer, pela habilidade com que tratou isso institucionalmente com as diversas entidades que representam a agricultura familiar e, enfim, a agricultura catarinense.

Em segundo lugar, quero fazer um destaque especialíssimo à nossa comissão de Agricultura e Política Rural, que foi atuante nesse processo e permitiu trazer essa grande novidade para Santa Catarina.

Sr. presidente, com certeza, a aprovação deste projeto vai mudar o quadro da agricultura familiar, do pequeno produtor de Santa Catarina, uma vez que trata, entre outras questões, direta e indiretamente da sucessão familiar, do aperfeiçoamento do negócio, de oportunidades, sobretudo, em minha opinião, também do futuro da agricultura, do pequeno agricultor. A tendência natural é fazer com que o microprodutor primário torne-se um pequeno empresário. Daqui para frente, e está claro isso, o agricultor vai ser um pequeno empresário.

Então, ele vai aperfeiçoar esse processo e trazer um ganho muito grande para a agricultura, que é o único setor que no ano passado cresceu. Todos os setores da atividade econômica deste país tiveram um crescimento negativo, e o único setor que teve um crescimento positivo foi a agricultura e o agronegócio.

Por isso, temos o dever, e esta Casa está fazendo este tema de casa muito bem, de incentivar investimentos que produzam realmente renda, que é a agricultura de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero destacar também a sensibilidade, primeiramente, do governo do estado em trazer para a Casa um projeto desta natureza, e o amadurecimento do governo em levar essa discussão com vários segmentos que foram importantes para a feitura desse projeto de lei.

Gostaria de destacar também uma audiência que fizemos na Casa entre as três comissões envolvidas, sendo uma das mais produtivas que

participei até hoje, em que conseguimos evoluir no texto, ampliando os valores da isenção e também o valor ano de enquadramento dessas empresas. E discutimos vários outros temas que foram trazidos por esse segmento, com a participação da secretaria da Fazenda, da Cidasc, da secretaria de estado da Agricultura e da Fatma. Então, foram vários os atores, além dos movimentos sociais, que defendem e representam o pequeno agricultor.

Mas, trocando em miúdos, este projeto traz para a formalidade práticas importantes na vida e no cotidiano da pequena propriedade rural e também do pequeno município, que é a comercialização, por parte desse agricultor, do frango caipira lá na cidade, do queijo colonial, do doce de frutas, do mel, do melado, tudo de uma forma mais tranquila, mais fácil e mais ágil.

Portanto, este é o grande objetivo desta matéria: além de viabilizar a pequena propriedade rural, dá a oportunidade àquele que vive na cidade de consumir alimentos saudáveis. E há muitos e muitos anos era uma prática muito típica e corriqueira nos pequenos municípios a comercialização e o consumo desses produtos, mas agora encontram dificuldades por causa da burocracia.

Mas o projeto não para por aí, não! Nós precisamos, agora, a agilidade da Fatma e da Vigilância Sanitária para permitirmos que esse agricultor consiga se inserir dentro deste projeto, que é amplo e facilitador.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, acho que esta é uma tarde que vai marcar a história e a vida dos agricultores familiares, porque este projeto teve a participação de muitas mãos aqui nesta Casa e também da secretaria da Agricultura, através do secretário Moacir Sopelsa, da Cidasc, da Epagri e da secretaria da Fazenda.

Este projeto vem-se arrastando há muito tempo, mas, enfim, encontrou-se um caminho para buscar uma solução em que o grande vitorioso será o agricultor familiar.

Ele também melhorou a vida dos agricultores. Os filhos deles, hoje, que estão cursando uma faculdade de Direito ou Administração, não estão pensando mais em voltar para a agricultura. Os velhos daqui a pouco morrerão e podemos dizer que a família do agricultor está desaparecendo. Assim, tem que ser criada uma motivação para eles se manterem no campo, e um projeto como este motiva o homem do campo a permanecer no campo, mostrando que ainda há formas de poder se construir, dentro do campo, empresas. Esse é caminho para se construir empresas!

Eu acho que dá para aprimorá-lo ainda mais, mas é um ganho real. Então, é um ganho e uma vitória, na tarde de hoje, do nosso agricultor familiar.

Por isso, hoje, todos nós devemos votar a favor deste projeto, dizendo "sim" aos nossos agricultores familiares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Cesar Valduga - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Cesar Valduga.

DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, vejo que hoje é um dia muito importante para a nossa agricultura familiar. Precisamos, principalmente, cada vez mais criar políticas públicas, deputado Manoel Mota, para estancar o êxodo rural, e elas têm que ser criadas através de incentivos, principalmente à agricultura familiar, ao nosso pequeno agricultor. E que sejam um mecanismo importante que o governo busque, até no sentido de desburocratizar.

Portanto, o que precisamos é desburocratizar o estado de Santa Catarina e criar políticas públicas para facilitar a vida do nosso homem do campo, do nosso jovem e do empreendedor rural. Enfim, é preciso estancar um pouco o atravessador

já que, na agricultura, quem acaba ganhando mais geralmente é o atravessador. E precisamos ser motivadores para que o nosso agricultor seja mais prestigiado e valorizado, mas, acima de tudo, precisamos estancar o êxodo rural que acontece em massa, muitas vezes, no estado de Santa Catarina, por falta de medidas e incentivos.

Então, o governo do estado está de parabéns e todos nós temos que votar a favor deste projeto, por unanimidade, para que o nosso agricultor seja beneficiado, priorizado e valorizado, acima de tudo, no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) -  
Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o Projeto de Lei n. 0035/2016.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0072/2016, de autoria do deputado José Nei A. Ascari, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores e Moradores de Altos e região, de Bom Jardim da Serra.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0127/2016, de autoria do deputado Serafim Venzon, que declara de utilidade pública a Associação dos Bananicultores de Guaramirim (ABG), de Guaramirim.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0060/2016, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, que altera a denominação da Escola Básica Estadual Fazenda Olinkraft, no município de Otacílio Costa, para Escola de Educação Básica Argemiro Barbosa de Souza.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0561/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, que concede Título de Cidadão Catarinense ao professor Antônio Heronaldo de Sousa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução n. 0003/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga, que altera o art. 7º da Resolução n. 008, de 1998, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa, para estabelecer como agravante das condutas puníveis de sanção disciplinar a violência contra a mulher.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0049/2015, de origem governamental, que institui o Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos civis do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e estabelece outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Gostaria de dizer, quanto a este projeto, que há um acordo dos Poderes, do governo e dos parlamentares.

Apenas para complementar quero dizer que vamos pedir o voto "sim" para a aprovação dessa matéria, que é importante.

Obrigado!

Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente e srs. deputados, o Projeto de Lei Complementar n. 0049/2015 já vem sendo discutido há um bom tempo, internamente, no governo. De fato, acompanhamos essa discussão junto ao sindicato. E, na comissão de Constituição e Justiça, apresentamos algumas emendas, embora não façamos o destaque aqui, até porque era extrapauta, mas quero destacar as emendas que foram apresentadas pela bancada do PT e que infelizmente não foram incluídas.

Acho importante registrar a inclusão dos servidores do IGP, que não estão incluídos ainda neste projeto, e dos técnicos e agentes administrativos da Secretaria da Justiça e Cidadania. E, inclusive, há uma promessa do governo que ainda não foi cumprida no sentido de enviar para esta Casa o referido projeto de lei em forma de Plano de Cargos e Carreira para esses técnicos. Também apresentamos uma nova base de tabela salarial, uma nova base de cálculo, recompondo os valores, e, por último, o prejuízo da progressão funcional nos casos em que há cinco faltas injustificadas. Obviamente há movimentos reivindicatórios, e, quando esses trabalhadores têm cinco dias de faltas injustificadas, eles são prejudicados na progressão funcional.

Então, apresentamos essas emendas, que foram rejeitadas, mas quero fazer essa exposição e trazer a informação aos deputados. Era o que tinha a dizer.

Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero dizer que concordo com a deputada Luciane Carminatti. Fiz esse debate, pela manhã, na reunião da comissão de Finanças e de Trabalho no sentido de que com certeza se corrijam algumas questões importantes aqui. Acho que o Executivo perdeu a oportunidade de já, neste projeto, trazer outro tema, inclusive fruto de vários debates e acordos - e o deputado Mauro de Nadal o trouxe numa emenda de sua autoria, que depois foi retirada -, quanto ao pessoal da administração da Secretaria da Justiça e da Cidadania e outros servidores cuja situação ainda não foi resolvida.

Entendíamos fundamental resolver tal situação também neste projeto, mas, como isso infelizmente não foi feito, vamos fazer um apelo ao Executivo para que traga uma resolução para atender a essas várias categorias do setor administrativo da Secretaria da Justiça e da Cidadania e outras, a fim de que a questão seja resolvida também para esses trabalhadores. Fica esse apelo para que essa parte dos servidores catarinenses seja atendida nas suas reivindicações.

Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, o Projeto de Lei Complementar n. 0049/2016 pretende regularizar uma situação criada ao longo de muitos anos. De certa forma, tratava-se de um desvio de função ou de servidores que estavam locados em um órgão e que a partir disso começaram a receber um tipo de remuneração maior. Isso criou uma instabilidade que acabou parando no Supremo Tribunal Federal, que entendeu ser irregular. E o próprio Tribunal de Contas começou a colocar empecilhos na aposentadoria desses servidores.

Os servidores não são responsáveis pelo que aconteceu, foram longos anos que o estado de maneira geral, e não é prerrogativa de Santa Catarina, isso acontece no Brasil como todo, e

assim foi criada essa situação e agora esse projeto tenta consolidar a questão. Levantam e questionam o deputado Dirceu Dresch e deputada Luciane Carminatti que ao consolidar devemos atender todos os envolvidos, tem alguns funcionários que não foram inclusos no projeto, como o caso do IGP e, não tem lógica solução para alguns funcionários e para outros não.

Não fizemos os cálculos, o governo na sua justificativa do projeto não mandou quase nada de explicação e não disse se vai haver impacto financeiro. Nós estamos com a garantia do líder do governo, deputado Silvio Dreveck, que diz que não há impacto de aumento de custos. As vezes, temos projetos na Casa que o governo veta dizendo: Não mostrou na Lei de Responsabilidade Fiscal o que acontece, e no orçamento também o que acontecerá. Então, no caso, repito, estamos na confiança do líder do governo.

E como os servidores não são responsáveis por esta situação, o governo está dizendo que é assim. Eu, particularmente, vou votar favoravelmente ao projeto, mesmo achando que não resolve todas as questões jurídicas, porque quando se tira uma situação determinada, quando o funcionário faz concurso para um cargo, e depois exerce outro, minha opinião é que vai haver questão jurídica. Porém, os servidores não são responsáveis, repito, foi questão criada por muitos governos, não só pelo atual, estamos tentando acertar, vou votar a favor da matéria, porém solicito o projeto aprovado para todos os funcionários envolvidos.

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dr. Vicente Caropreso.

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. deputados, quando nos deparamos com um projeto desse, na situação econômica que estamos atualmente, apenas respirando, após uma bela negociação da dívida do estado, do governador com o presidente da república e também outros governadores, temos que passar a mão na

consciência para saber exatamente o que estamos votando. É assim que a história sucede e vamos deixando passo a passo as marcas do DNA brasileiro. Era o que queria falar.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FÁBIO FLÔR	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim

DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 30 votos "sim".

A matéria está aprovada em primeiro turno.

Neste momento, a Presidência encerra a presente sessão convocando outra, extraordinária, para as 16h29, dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. *[Taquígrafa: Ana Maria] [Revisão Final: Renata]*